

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013,
ACOMPANHADAS DO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES E DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
(Em milhares de Reais)**

(a) Provisão para pagamentos a efetuar

As principais provisões constituídas no período que compõem o saldo da rubrica "Provisões para pagamentos a efetuar" são:

	30.06.2014	30.06.2013
Circulante		
Provisão com pessoal	24.848	19.798
Provisão com PLR – nota 17	4.024	5.029
Obrigações atuariais	8.456	7.414
Provisão para outras despesas administrativas	10.664	7.819
Outros	1.371	910
Total do circulante	49.363	40.970
Exigível em longo prazo		
Obrigações atuariais	18.067	21.590
Total do exigível em longo prazo	18.067	21.590
TOTAL	67.430	62.560

(b) Credores Diversos – País

Em 30 de junho de 2014 os valores registrados em credores diversos compunham-se em sua maioria pelas obrigações com a operadora do cartão de crédito BANPARÁ Mastercard pelo montante de R\$40.187 (R\$40.361 em 30.06.2013).

(c) Passivos contingentes

O Banco é parte em processos judiciais, de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para passivos contingentes envolve ações trabalhistas e cíveis e cessão de crédito rural, com coobrigação, e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas mensalmente.

A Administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

Probabilidade de perda	Trabalhista	Cível	Tributárias	30.06.2014	30.06.2013
Provável	3.172	9.975	3.444	16.591	14.990
TOTAL	3.172	9.975	3.444	16.591	14.990

Em 30 de junho de 2014, o Banco não detinha parte em processos judiciais de natureza possível, conforme a avaliação de seus assessores jurídicos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo e cuja realização seja provável, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

Abaixo demonstramos a quantidade de ações e os depósitos judiciais a elas referentes:

Ações	30.06.2014		30.06.2013	
	Quantidade de ações	Depósitos judiciais (R\$)	Quantidade de ações	Depósitos judiciais (R\$)
Cíveis	1.158	15.953	950	14.651
Trabalhistas	202	3.003	161	2.660
Tributárias	26	21.098	19	19.485
Total	1.386	40.054	1.130	36.796

(i) Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido o depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído, considerando-se a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

(ii) Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, na maioria referente a protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e a reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro.

(iii) Cessão de crédito rural com coobrigação:

Trata-se de provisão constituída para cobrir possíveis perdas nas operações de Crédito Rural Securitizados (cedidas) pelo Banco à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), objeto do contrato de equalização de encargos financeiros e de alongamento de dívidas originárias do crédito rural. O saldo em 30 de junho de 2014 da provisão para cessão de crédito rural com coobrigação é R\$794 (R\$925 em 30 de junho de 2013).

(iv) Obrigações legais – Fiscais e previdenciárias

O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em meios e longos prazos, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. As principais questões em valores reais, em 30 de junho de 2014, são:

- **CPMF:** R\$2.952. Trata-se de uma Ação Anulatória de Débito Tributário em que o Banco impugna judicialmente a imposição de multa decorrente da mora na entrega de declarações relacionadas à CPMF. No mérito, é discutida a legitimidade da referida imposição de multas fiscais criadas por instrumentos infralegais, sem vínculo direto com a lei, no sentido formal e material, em desrespeito ao princípio da estrita legalidade tributária. A tese tem amparo em posição doutrinária e jurisprudencial.

- **ITR:** R\$64. Trata-se de execução fiscal decorrente do não recolhimento de ITR incidente sobre imóvel rural recebido pelo Banco em dação em pagamento. O Banco impugna judicialmente a imputação de responsabilidade tributária efetivada através de execução fiscal já em curso. Os acatamentos da responsabilidade tributária, nesses casos, devem ser efetivados ainda no procedimento administrativo, antes do acerto definitivo da Certidão de Dívida Ativa (CDA). A tese tem respaldo doutrinário e jurisprudencial.

- **IPTU:** R\$428. Trata-se de um procedimento administrativo junto à Secretaria de Finanças de Belém/PA, visando regularizar, de forma definitiva, os supostos débitos de IPTU relativos a imóveis do patrimônio do Banco. A apuração encontra-se em análise pelo órgão fazendário, tendo em conta que o BAPARÁ já apurou o débito total cujo valor encontra-se devidamente resguardado pelo depósito administrativo efetivado para garantir a quitação dos débitos fiscais efetivamente devidos.

a) Movimentação das provisões:

	30.06.2014			30.06.2013		
	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias
No início do Semestre	2.894	9.256	3.230	4.069	9.953	2.911
Atualização monetária	106	700	214	490	960	183
Constituições	172	715	-	70	1.568	-
Reversões	-	(140)	-	(813)	(318)	-
Pagamentos	-	(556)	-	(1.047)	(3.036)	-
No final do Semestre	3.172	9.975	3.444	2.769	9.127	3.094

13. Patrimônio líquido**13.1 Capital Social**

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto.

O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco.

Acionista	30.06.2014		30.06.2013	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Pará	9.519.433	99,9767	9.519.433	99,9767
Caixa de Previdência e Assistência aos funcionários do Banpará	755	0,0080	755	0,0080
Administradores	12	0,0001	11	0,0001
Demais Acionistas	1.449	0,0152	1.450	0,0152
Total	9.521.649	100,00	9.521.649	100,00

Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo BANCO, em circulação.

Espécie e Classe de Ação	Ações não em circulação 1	Ações em circulação 2	Total de ações	% Ações em circulação
ON	9.519.445	2.204	9.521.649	0,0231

¹ Compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

² Totais de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima.

13.2 Pagamentos de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - J.C.P.

Em 24 de janeiro de 2014, foi aprovado em Assembleia Geral o pagamento de dividendos intermediários no valor de R\$ 60.872. Esses dividendos foram imputados à distribuição do exercício de 2013 e ficaram em torno de 43% do lucro líquido apurado no exercício. Do montante aprovado foi descontado o valor pago, em 2013, a título de Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$20.994, sendo efetivamente pago em 05 de fevereiro de 2014 o montante de R\$ 39.878 da seguinte forma:

Dividendos aprovados	R\$60.872
JCP pago em 2013	(R\$20.994)
Dividendos pagos antecipadamente em 2013	(R\$14.222)
Dividendos distribuídos no 1º semestre de 2014	R\$ 25.656

O Conselho de Administração, reunido em 18 de outubro de 2011, decidiu alterar, por proposta da Diretoria Colegiada, a periodicidade de pagamentos ou créditos de Juros sobre Capital Próprio – JCP, para que sejam efetuados trimestralmente, acompanhando a métrica da TJLP, que é divulgada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional – CMN. Assim, foi efetivamente pago no 1º Semestre de 2014, JCP no valor de R\$12.500.

13.3 Aumento do Capital Social com incorporação de Reservas de Lucros

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de julho de 2014, foi aprovado o aumento do capital social em R\$79.993, decorrente de 100% do saldo da reserva legal em 30 de junho de 2014, montante de R\$7.043, e de 100% do saldo da reserva estatutária em 30 de junho de 2014, montante de R\$72.950, sem emissão de novas ações. Após a homologação pelo Banco Central do Brasil, o capital social passará de R\$400.484 para R\$480.477, representado por 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto.